



RELATÓRIO E CONTAS 2024

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO 2024

I

IDENTIDADE, GOVERNO SOCIAL E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Fundação Sophia é uma instituição particular de solidariedade social que tem por finalidade principal a protecção à população idosa ou em situação de dependência e apoio à família, bem como a promoção e protecção da saúde e a prevenção da doença e, ainda o desenvolvimento de cuidados continuados integrados de saúde e apoio social.

Secundariamente, promove iniciativas de índole formativa e educativa, bem como de animação sociocultural, para além de, instrumentalmente, desenvolver parcerias em vários sectores de actividade cujos resultados económicos contribuem exclusivamente para o financiamento daquelas sobreditas finalidades.

A actividade desenvolvida no âmbito da intervenção social manteve-se orgânica e funcionalmente ligada à Fundação, sendo que as actividades de cariz instrumental, tendo em vista a optimização da sua gestão e o reforço da capacitação e da qualificação operacional, continuaram autonomamente geridas pelas sociedades unipessoais por quotas, Sophia Social, Sophia Saúde e Sophia Serviços.

A Fundação não registou alterações na composição dos órgãos sociais Conselho de Administração e Conselho Geral, tendo os mandatos do Conselho Geral sido renovados, e manteve no essencial a sua estrutura organizacional. O Presidente da Fundação, nos termos estatutários, continuou a desempenhar, por inerência do cargo, as funções de Administrador Executivo, sem prejuízo da delegação de competências e repartição de áreas de maior acompanhamento por cada um dos membros do Conselho de Administração.

II

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

O exercício de 2024 foi condicionado pela incerteza ainda verificada no retomar da atividade na sequência do período pandémico e, também, da guerra na Ucrânia, com disrupções no abastecimento e preços de matérias-primas, bens intermédios e de consumo final, nomeadamente, de energia e bens alimentares, com impacto significativo na atividade desenvolvida e reflexo no domínio económico e financeiro.

Assistimos a uma subida da inflação¹ e alteração na política monetária: as taxas de juro diretoras do BCE eram p.e. em junho de 2024 de 3,75% (dezembro de 2022 era de 3,5% e dezembro de 2024 de 3,0%), enquanto o índice nominal de preços de alimentos apresentou - variação homóloga de 2,7% (janeiro) a 3,4% (dezembro) - um aumento superior à taxa variação média anual do IPC.

Acresce o impacto resultante do aumento do valor do salário mínimo nacional (7,9% em relação ao ano anterior).

A Fundação, sem perder o enfoque na protecção e segurança de todos quantos nela se acolhem ou trabalham, continuou a desenvolver esforços no sentido da recuperação da atividade produtiva tanto no âmbito dos seus serviços e equipamentos sociais como no que respeita à atividade em saúde, área em que este esforço tem vindo a deparar com maiores dificuldades.

III

ANÁLISE DO DESEMPENHO E DA POSIÇÃO FINANCEIRA

A actividade institucional em 2024 registou, em termos de vendas e serviços prestados, um aumento global de 170.162,28€ relativamente ao ano

¹ Em 2024, o Índice de Preços no Consumidor (IPC), de acordo com o INE, registou uma variação média anual de 2,4%, taxa inferior à registada no conjunto do ano 2023 e 2022 (4,3% e 7,8%) e a taxa de variação homóloga aumentou para 3,0% em dezembro - dezembro de 2024. Enquanto o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) português registou uma taxa de variação média de 2,7% em 2024 (5,3% no ano anterior).

anterior. Os resultados operacionais globais apresentam igualmente um valor positivo, ainda que negativos no conjunto da atividade das respostas sociais.

Não se mostrou ainda possível retomar na dimensão pretendida a trajetória de estabilização e equilíbrio da situação económica e da posição financeira da Fundação, iniciada no ano de 2018. Para além da adoção de melhorias na gestão e organização dos serviços, desenvolveram-se ações de reforço (alargamento), qualificação e novas áreas e iniciativas, com destaque para as candidaturas ao PRR aprovadas - Serviço de Apoio Domiciliário e Unidade de Cuidados Paliativos – e Projeto iSophia da Bolsa de Intervenção Social em Oncologia BISO (candidatura aprovada pela Liga Portuguesa Contra o Cancro) e Sophia Cuida (de formação de Cuidadores Informais) ao abrigo da Caixa Social.

Os resultados líquidos das várias respostas atingiram globalmente um montante positivo de 94.077,76 €.

Os quadros *infra* espelham a variação da actividade institucional, revelando uma redução dos *gastos operacionais* e dos *rendimentos operacionais*, relativamente ao período homólogo.

Atentando nos *gastos* incorridos no período económico em referência salienta-se não só o esforço na racionalização e contenção de custos, ainda mais significativa face aos valores da inflação, mas também a relação inversa ao acréscimo do montante de rendimentos, como melhor resulta do quadro seguinte.

GASTOS OPERACIONAIS	2024	2023	DIFª (€)	DIFª (%)	2022
Custo Merc.Vend.Mat.Consum.	565 813,38	633 239,84	-67 426,46	-10,65%	687 460,67
Fornecimentos e Serviços Externos	832 902,37	819 870,44	13 031,93	1,59%	966 931,08
Gastos com Pessoal	1 690 829,44	1 671 873,56	18 955,88	1,13%	1 728 827,69
Perdas por Imparidade	382,36	578,77	-196,41	-	125,64
Outros Gastos e Perdas	196 345,28	239 960,69	-43 615,41	-18,18%	296 895,38
	3 286 272,83	3 365 523,30	-79 250,47	-2,35%	3 680 240,46

Manteve-se sem alteração significativa o peso relativo de cada uma das naturezas no total de gastos.

Como já se referiu no passado o aumento da remuneração mínima mensal garantida, introduz o inerente esmagamento das remunerações trabalhadores especializados e qualificados, bem como dos quadros médios e superiores, níveis excessivos de rotação laboral e consequentes constrangimentos de ordem organizacional e de funcionamento, nomeadamente no que respeita às dificuldades de recrutamento, com inevitável incremento do recurso substitutivo à prestação externa de serviços, com correlativo aumento de encargos com formação.

Os gastos com *depreciações e amortizações* registaram um ligeiro decréscimo de 1.583,84€ (- 0,97%), relativamente ao exercício de 2023, que denuncia o facto de a par de a generalidade dos activos tangíveis ter atingido o prazo legal de depreciação, não se mostrou possível executar plenamente o plano de investimentos em curso e faseamento pretendido.

A variação verificada relativa a *rendimentos* manteve a estrutura anterior e apresenta evolução positiva - sem beneficiar da receita extraordinária verificada em 2023² - e os seguintes valores: 3.587.569,56€ (2024), 3.739.892,39€ (2023) e 3.355.380,25€ (2022), sendo que a maioria continua a advir da prestação de serviços.

Assinale-se que tal evolução, decorre ainda em grande medida do impacto negativo relativo à atividade social (respostas sociais tradicionais) e não retoma na dimensão pretendida da unidade de saúde (com exceção das consultas), que se espera ocorrer a partir do próximo ano, com a implementação das medidas em preparação no âmbito do plano estratégico solicitado à Sophia Saúde.

No que diz respeito ao *volume global de facturação*, verificou-se um acréscimo de 170.162,28€ (8,12%), o que representa uma evolução significativa em relação ao decréscimo (- 11,98%) verificado entre 2022 e 2023.

² Decorrente da alienação do prédio da Rua António José de Almeida. Sem considerar esta receita extraordinária o valor relativo a 2023 seria de 3.176.872,19€ (3.739.892,39€ - 563.020,20€).

ÁREAS / INTERVENÇÃO	2024	2023	DIF. (€)	DIF. (%)
INTERVENÇÃO SOCIAL	495 662,30	477 528,21	18 134,09	3,80%
Lar de S. Pedro	421 220,83	413 030,28	8 190,55	1,98%
Serviço de Apoio Domiciliário Diferenciado	71 731,84	57 776,79	13 955,05	24,15%
Centro de Dia	2 709,63	6 721,14	-4 011,51	-59,68%
ACTIVIDADES EM SAÚDE	615 792,72	549 189,17	66 603,55	12,13%
UNIDADE HOSPITALAR	615 792,72	549 189,17	66 603,55	12,13%
Movimento cirúrgico	371 330,47	416 156,26	-44 825,79	-10,77%
Cirurgias, internamentos, enfermagem	265 456,49	338 051,64	-72 595,15	-21,47%
SAGN	105 873,98	78 104,62	27 769,36	35,55%
Consultas/ MCDT'S/Serviços de assist. saúde	244 462,25	133 032,91	111 429,34	83,76%
CUIDADOS INTEGRADOS EM SAÚDE E APOIO SOCIAL	868 639,07	778 142,86	90 496,21	11,63%
SERVIÇOS COMUNITÁRIOS	284 854,84	289 926,41	-5 071,57	-1,75%
Sophia Senior Residence	278 051,72	285 155,63	-7 103,91	-2,49%
Serviço de fornecimento de refeições - CMC	6 803,12	4 770,78	2 032,34	42,60%
TOTAL DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	2 264 948,93	2 094 786,65	170 162,28	8,12%

E tudo isto, sem poder deixar de ponderar-se que dos anteriores cinco empréstimos, mantem-se apenas por liquidar dois empréstimos (um que terminará em 2026 e outro em 2028), realizados para sustentar o impacto económico-financeiro relativo ao Covid 19.

Em 2024 foram pagos 184.574,33€ de amortizações relativos aos empréstimos e 44.816,09€ de juros suportados, no valor total de 229.390,42€.

IV

PERSPECTIVAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

Tendo em conta as incertezas atrás referidas, o exercício de 2025 deverá corresponder à conclusão da reflexão sobre a melhor estratégia para consecução da missão institucional e, seguramente, para o seu processo de estabilização financeira, com particular foco no que reporta à área da saúde e novas áreas.

Destaque-se as candidaturas apresentadas pela Fundação ao PRR e aprovadas, relativa ao alargamento da Rede de Cuidados Continuados, particularmente para uma Unidade de Cuidados Paliativos com 10 camas, e de qualificação e aumento da capacidade do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), cuja execução (procedimento concursal, obras e entrada em funcionamento) deverá ocorrer em 2025 (com possibilidade de alargamento até março de 2026).

Refira-se, ainda, no quadro dos esforços desenvolvidos, o reconhecimento e reflexo positivo que deverão ter: a atribuição da Convenção da ADSE

(comunicada em dezembro de 2023), o Prémio Caixa Social (em novembro de 2023) ao *Projeto Sophia Cuida* em apoio à formação e certificação de cuidadores informais e *Projeto iSophia* da Bolsa de Intervenção Social em Oncologia BISO (atribuído pela LPCC).

O ano de 2025 deverá corresponder ainda à manutenção de atenção a possível abertura de avisos de candidatura a fundos do PRR e Portugal 2030, bem como de procura de outras ações que sejam relevantes para a Fundação, seja no âmbito das Sociedades unipessoais criadas, seja na gestão patrimonial.

Manter-se-á na primeira linha de preocupação institucional, tal como o reforço da cooperação com parceiros institucionais, em particular, com as entidades do sector público, social e privado e em particular com a Câmara Municipal de Coimbra.

O exercício de 2025 exigirá a concentração de esforços no âmbito da gestão organizacional e no sistema de Informação, por forma não só a racionalizar custos, garantindo a eficácia e eficiência dos recursos, como também avançar na consolidação do ambiente digital, com vista ao aperfeiçoamento da produção de Informação fundamentada e detalhada, com qualidade para o acompanhamento permanente e decisão atempada, uma e outra essenciais para a almejada estabilização financeira.

Para tanto, ainda, Importará investir no incremento e diversificação das actividades instrumentais e na concretização do plano de investimentos em curso, seja no que se refere à Sophia Clínica, seja no que se refere à requalificação do Lar de S. Pedro e de toda a zona claustral, tendo em conta o plano estratégico de Intervenção oportunamente apresentado à CMC e à DGCC, sendo que se manterá o esforço dirigido à Identificação, análise e aplicação de medidas de melhoria de eficiência energética em todo o corpo edificado e à gestão de energia dos equipamentos, unidades e serviços institucionais.

Do atrás referido decorre a necessidade de adotar procedimentos adequados à obtenção de recursos financeiros que permitam realizar o Plano de

Investimentos geradores de maiores receitas, recorrendo, pelo menos parcialmente, a sistema de hétéro-financiamento.

Por último, mas não menos importante, continuará o esforço dirigido ao desenvolvimento (incluindo o recurso aos planos de estágios), capacitação e motivação do quadro de colaboradores e reforço do estatuto remuneratório, por forma a, nomeadamente, sedimentar a cultura institucional, reforçar a coesão e espírito de equipa e incrementar a eficiência e agilidade operacionais, consabidamente, determinantes na consecução do escopo institucional.

V

OUTRAS INFORMAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2024, a Fundação não tinha em mora qualquer dívida ao sector público estatal, administração fiscal e segurança social e, após o termo do exercício, não ocorreram factos relevantes que impliquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas do exercício.

A Fundação não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações, sendo que não foram realizados negócios entre a Fundação e os membros do seu Conselho de Administração.

Inexistem sucursais ou quaisquer formas de representação da Fundação no país ou no estrangeiro.

VI

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido positivo, no montante de 94.077,76€, deverá ser transferido para a conta de resultados transitados.

VII

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração releva e agradece aos **parceiros institucionais** e a todas as pessoas e organizações públicas, sociais e privadas

que se envolveram e colaboraram com a Fundação na realização das suas actividades com vista à consecução do escopo estatutário.

Desde logo,

Aos membros do **Conselho Fiscal**, Dr. Henrique Fernandes, Dr. Victor Carvalho dos Santos e Doutor Daniel Taborda, bem como a todos os membros do **Conselho Geral**, pela inestimável colaboração e acompanhamento institucional realizado.

À **Direcção Clínica**, Dr.^a Maria de Lurdes Correia e Dr. Vítor Carvalheiro, pelo apoio prestado à Fundação, aliás notoriamente exigente.

Às **gerentes** das sociedades comerciais do Grupo Sophia, Dr.^a Ana Estrela, Dr.^a Ana Costa Fernandes e Dr.^a Rita Carvalheiro, pelo árduo trabalho de gestão e de operacionalização das actividades da Fundação que, atenta a pressão da conjuntura, souberam realizar com notável eficiência e eficácia, aliás, *pro bono*, nos casos da Sophia Social e da Sophia Serviços.

Ao corpo clínico na justa medida da fidelidade demonstrada aos interesses institucionais.

Ao Revisor Oficial de Contas, senhor Dr. Cruz Ferreira, pela capacidade de cooperação e diálogo no âmbito do processo de auditoria das demonstrações financeiras.

E muito especialmente,

Aos colaboradores, profissionais e voluntários, pelo zelo e diligência de que deram provas ao longo de um ano particularmente exigente.

Coimbra, 29 de maio de 2024

O Conselho de Administração



FUNDAÇÃO
SOPHIA

Fundação Particular de
Solidariedade Social

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO DE 2024

FUNDAÇÃO SOPHIA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Unidade monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2024	31-12-2023
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3;5	4 999 146,99	5 119 532,04
Propriedades de investimento	3;5	47 640,54	47 640,54
Ativos Intangíveis	3;5	-	-
Investimentos financeiros	3;15	138 218,44	149 284,53
Subtotal		5 185 005,97	5 316 457,11
Ativo corrente			
Inventários	3;8	126 452,63	138 703,39
Clientes e utentes	3;15	1 025 130,22	720 160,56
Adiantamentos a fornecedores	15	8 647,46	3 425,46
Estado e outros Entes Públicos	3	1 805,52	136,20
Outras contas a receber	3;15	973 894,41	537 354,35
Diferimentos	3;15	17 135,28	12 253,24
Caixa e depósitos bancários	3;15	754 687,39	909 536,83
Subtotal		2 907 752,91	2 321 570,03
Total do Ativo		8 092 758,88	7 638 027,14
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	15	3 382 115,01	3 382 115,01
Resultados transitados	15	1 522 875,77	1 357 410,22
Ajustamentos em activos financeiros	15	235,00	235,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	15	1 026 132,37	496 087,12
Resultado Líquido do período		94 077,76	165 465,55
Total do fundo do capital		6 025 435,91	5 401 312,90
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	3;6;7	309 741,53	476 805,59
Subtotal		309 741,53	476 805,59
Passivo corrente			
Fornecedores	3;15	434 078,50	556 529,83
Adiantamentos de clientes e utentes	15	118 297,08	117 595,86
Estado e outros Entes Públicos	3	75 440,02	69 502,25
Financiamentos obtidos	3;6;7	544 472,19	534 483,44
Diferimentos	3;15	56 935,46	1 905,00
Outras contas a pagar	3;15	528 358,19	479 892,27
Subtotal		1 757 581,44	1 759 908,65
Total do passivo		2 067 322,97	2 236 714,24
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		8 092 758,88	7 638 027,14

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



FUNDAÇÃO SOPHIA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	9	2 264 948,93	2 094 786,65
Subsídios, doações e legados à exploração	10	1 034 503,09	961 440,97
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(565 813,38)	(633 239,84)
Fornecimentos e serviços externos	15	(832 902,37)	(819 870,44)
Gastos com o pessoal	13	(1 690 829,44)	(1 671 873,56)
Perdas por imparidade		(382,36)	(578,77)
Reversões		2 089,78	7 634,98
Outros rendimentos e ganhos	15	286 027,76	676 029,79
Outros gastos e perdas	15	(196 345,28)	(239 960,69)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		301 296,73	374 369,09
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(162 541,08)	(164 124,92)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		138 755,65	210 244,17
Juros e rendimentos similares obtidos	15	207,50	523,02
Juros e gastos similares suportados	15	(44 885,39)	(45 301,64)
Resultados antes de impostos		94 077,76	165 465,55
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		94 077,76	165 465,55

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



**diz**

& associados-SROC, Lda

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **FUNDAÇÃO SOPHIA** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de € 8.092.758,88 (oito milhões, noventa e dois mil, setecentos e cinquenta e oito euros e oitenta e oito cêntimos) e um total de fundos patrimoniais de € 6.025.435,91 (seis milhões, vinte e cinco mil, quatrocentos e trinta e cinco euros e noventa e um cêntimos), incluindo um resultado líquido positivo de € 94.077,76 (noventa e quatro mil, setenta e sete euros e setenta e seis cêntimos)), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações de fundos próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **FUNDAÇÃO SOPHIA**, em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal, através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Diz & Associados - SROC, Lda - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
N.º 118 da lista Oficial dos SROC - Casimiro N.º 200 100 012 - CMMB - 20161/07

SEDE: Rua de S. João, 55 - 3.º R/C - Edifício Uffizi - Av. da Liberdade - 1150-321 Lisboa - Tel. 21 222 37 80 - fax 21 222 37 89 - geral@disroc.pt - www.disroc.pt
Escritório Coimbra: Rua da Câmara, n.º 24 - 3040-661 Azulejo, Coimbra - Tel. 917 229 375 - jvsaia@disroc.pt
Escritório Lisboa: Estrada do Iar, 165 - 2.º Dto - 1600-154 Lisboa - Tel. 21 726 14 09 - fax 21 726 30 53 - jvsaia@disroc.pt



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



- o risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras, podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

- Declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.



A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas.

Coimbra, 30 de maio de 2025

O Revisor Oficial de Contas



José Manuel Bernardo Vaz Ferreira, ROC nº 1094, CMVM Nº 20160706

Em representação de Diz & Associados, SROC, LDA, nº 118, CMVM Nº 20161437

REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
da
FUNDAÇÃO SOPHIA
REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DO MÊS DE MAIO DE DOIS MIL E
VINTE E CINCO

ACTA N.º 7/2005

LOCAL: Edifício-sede

PRESENTES:

- O senhor Eng.º João José Nogueira Gomes Rebelo, que presidiu;
- O senhor Dr. José Fernando Andrade da Costa Fernandes;
- A senhora Dr.ª Maria de Lurdes Duarte Pedro Correia;
- O senhor Doutor Carlos Manuel Freire Cavaleiro.

Ausente por motivos profissionais o senhor Doutor Jorge Fernandes Rodrigues Bernardino.

Aberta a sessão, pelas quinze horas, foi confirmada a ordem de trabalhos previamente distribuída e manifestada a vontade de apreciar e, nos termos seguintes, deliberar sobre as matérias a que aquela se reporta. A saber: =====

Apreciação e deliberação sobre o Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2024 =====

O senhor Presidente certificou-se da prévia remessa aos senhores Conselheiros das demonstrações financeiras da Fundação, compreendendo o balanço em 31 de Dezembro de 2024, que evidencia um total de € 8.092.758,88 (oito milhões, noventa e dois mil, setecentos e cinquenta e oito euros e oitenta e oito cêntimos) e de fundos patrimoniais no montante de € 6.025.435,91 (seis milhões, vinte e cinco mil, quatrocentos e trinta e cinco euros e noventa e um cêntimos), incluindo um resultado líquido positivo de € 94.077,76 (noventa e quatro mil e setenta e sete euros e setenta e seis cêntimos), bem como a demonstração de resultados por naturezas e por valências e a demonstração de fluxos de caixa. =====

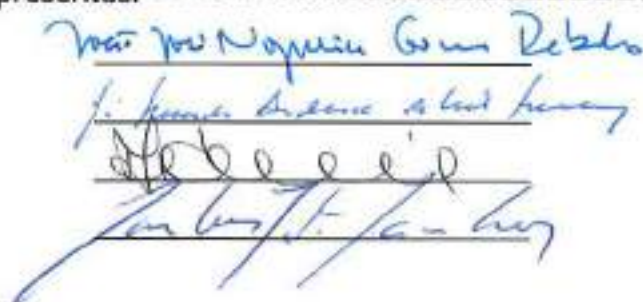
Verificou, ainda, o senhor Presidente ter sido remetido aos senhores Conselheiros o projecto de relatório de gestão, bem como o anexo às demonstrações financeiras e o relato sobre a auditoria realizada no âmbito do processo de certificação legal das contas pelo Revisor Oficial de Contas, senhor Dr. José Manuel Bernardo Vaz Ferreira. Seguidamente o Conselho, procedeu à análise e detalhada apreciação das sobreditas demonstrações financeiras e seu anexo, bem como do relatório de gestão, e, tendo presente o teor do supra referenciado relato de auditoria, deliberou proceder à respectiva aprovação, aí incluída a proposta de aplicação do resultado líquido positivo de € 94.077,76, que será transferido para a conta de resultados transitados. =====

Atento o disposto no artigo 16º, número 2, alínea b), dos Estatutos e, sobretudo, o relevante contributo para a vida da Fundação prestado pelo Conselho Fiscal, mais determinou o Conselho que a sobredita deliberação aprovativa tenha eficácia diferida e condicionada à emissão de parecer favorável por parte do órgão de fiscalização. =====

CONDICIONALISMO DELIBERATÓRIO =====

Deixa-se consignado que não foram apresentadas declarações de voto e que as deliberações transcritas foram aprovadas por unanimidade. =====

E nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada a sessão, de que, para constar, se lavrou a presente acta registada em duas folhas processadas Informaticamente, com versos em branco, a qual, após aprovação, será assinada pelos conselheiros presentes. =====





ACTA DA SESSÃO DO CONSELHO FISCAL
da
FUNDAÇÃO SOPHIA
de 30 de maio de 2025

Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniu o Conselho Fiscal da Fundação Sophia, estando presentes os Senhores Dr. Henrique José Lopes Fernandes, que presidiu, bem como os vogais, Dr. Victor Manuel Carvalho dos Santos e Dr. Daniel Martins Geraldo Taborda.

O Senhor Dr. Henrique Fernandes declarou aberta a sessão pelas quinze horas, após o que o Conselho Fiscal passou a debruçar-se sobre a matéria constante da convocatória: Apreciação do relatório de gestão e das contas do exercício de 2024. O Conselho Fiscal procedeu à análise detalhada da documentação remetida pelo Conselho de Administração, ou seja, o relatório de gestão e as demonstrações financeiras, que compreendem o balanço a 31 de dezembro de 2024, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo. Também analisou a certificação legal das contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas, que não contém quaisquer reservas ou ênfases.

Tudo ponderado, o Conselho Fiscal deliberou aprovar e exarar em ata o seguinte parecer:

1. Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, deve o Conselho Fiscal elaborar parecer sobre o relatório e contas, no caso, relativas ao exercício de 2024, cujas demonstrações financeiras evidenciam um total de ativo de 8 092 758,88€ e um total de fundos patrimoniais de 6 025 435,91€, que inclui um resultado líquido positivo no montante de 94 077,76€. Este resultado advém de um incremento da atividade da Fundação em 2024 face a 2023, e não contém resultados extraordinários, designadamente da alienação de património.



2. O Conselho Fiscal foi tomando conhecimento da atividade desenvolvida pela Fundação no exercício de 2024, através das informações prestadas pelo Conselho de Administração, contando, em particular, com a preciosa colaboração do administrador-executivo.
3. Em conformidade, o Conselho Fiscal delibera emitir parecer favorável à aprovação do Relatório e Contas de 2024, porquanto entende que nada chegou ao seu conhecimento de que a imagem verdadeira e apropriada da Fundação esteja comprometida, tal como confirmado pela opinião expressa sob a forma positiva na certificação legal das contas, datada de 30 de maio de 2025.
4. O Conselho Fiscal agradece toda a colaboração que lhe foi dispensada pelo Conselho de Administração, salientando o seu esforço e empenho na realização de programas, ações e iniciativas que têm permitido ultrapassar os desafios que se deparam à Fundação Sophia.

E nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão de que, para constar, se lavrou a presente ata registada em uma folha com os versos em branco, a qual vai ser assinada pelos membros do Conselho Fiscal presentes.

(Dr. Henrique Fernandes)

(Dr. Victor Carvalho dos Santos)

(Dr. Daniel Taborda)

QUADRO DE MONTANTES DISCRIMINADOS DE APOIOS FINANCEIROS PÚBLICOS		
2024		
ISS, I.P. - Centros Distritais	983 826,30 €	
IEFP, I.P.	23 584,48 €	
TOTAL		1 007 410,78 €